

Plenário aprova projeto que estabelece regras para a Rio 2016



Deputado Indio da Costa (RJ)

A 162 dias do início dos Jogos Olímpicos Rio 2016, o plenário da Câmara concluiu a votação do Projeto de Lei 3.221/15, do Poder Executivo, que estabelece regras básicas para a realização do evento no Brasil. O relator do texto, deputado **Indio da Costa (RJ)**, vice-líder do PSD, disse que os principais avanços da matéria estão relacionados à venda de ingressos destinados às pessoas

com deficiência. A lei só passa a ter efeito após a sua publicação oficial.

O texto original do Executivo assegurava apenas 1% do total de ingressos comercializados para deficientes físicos e pessoas com dificuldade de locomoção, que pagarão meia-entrada. “Aumentamos para 4% as cadeiras para este público”, afirmou o parlamentar.

Nestes casos, o acompanhante do deficiente físico ou da pessoa com dificuldade de locomoção também terá direito a pagar metade do valor cobrado. A medida também foi estendida para estudantes e idosos com mais de 60 anos.

Indio da Costa também demonstrou preocupação com o andamento das obras de infraestrutura para as Olimpíadas do Rio. Para ele, o legado que o evento deixará para o país poderia ser muito maior.

“Tivemos obras importantes na área da mobilidade urbana, mas em

alguns pontos, é preciso andar a pé, até porque não tem ônibus ou van interligando com o metrô que ainda está em construção, e não sabemos se isso será concluído até os jogos.”

O texto substitutivo apresentado por Indio também prevê que, em competições curtas, o flagrante de exibição poderá ser apresentado de forma integral, dentro do prazo máximo permitido para as emissoras não oficiais das Olimpíadas.

Com relação à cerimônia de entrega de medalhas, o documento propõe que as emissoras terão direito a 90 segundos de imagens se houver brasileiros premiados. O tempo não será contado dentro do limite de 15 minutos por dia dado às emissoras não oficiais do evento.

Ao todo, serão 32 locais de competição espalhados por quatro regiões do Rio: Deodoro, Maracanã, Barra e Copacabana.



Rosso pede adiamento da votação sobre o teto do funcionalismo público

O plenário adiou para a próxima quarta-feira (2) a votação do Projeto de Lei 3.123/15, do Poder Executivo, que regulamenta a aplicação do teto remuneratório para todas as esferas do funcionalismo público. O adiamento foi proposto pelo líder do PSD, deputado **Rogério Rosso (DF)**, em sessão plenária nessa quarta (24).

“O alcance do relatório é muito amplo. Entra na questão dos honorários de sucumbência dos advogados públicos e propriamente os vínculos do servidor. O cuidado é exatamente para que não façamos nenhum tipo de injustiça que reduza a produtividade e a qualidade do serviço público”, defendeu Rosso.



Deputado Rogério Rosso (DF)

Para a esfera federal, o teto leva em conta o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com vencimento de R\$ 33.763,00. No caso dos muni-

cípios, o salário de prefeito é considerado como base para o teto remuneratório.

Um dos pontos que mais gera discussão é a permissão ou não para que advogados públicos tenham direito a honorários advocatícios mesmo que estes já recebam o teto salarial.

O relatório também prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios desenvolvam um sistema integrado com dados da remuneração de servidores para controlar a aplicação da Lei. Aqueles que recebem o teto salarial também deverão informar aos órgãos públicos se exercem outra atividade profissional.



CPI BNDES: deputados do PSD apoiam relatório final

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concluiu, nessa quarta-feira (24), a leitura e discussão do relatório final. O texto sugere alterações na legislação e gestão do banco e recomenda aprimoramento das políticas de direcionamento de crédito.

O deputado **Diego Andrade (MG)** participou da discussão final e sugeriu que se acrescente ao texto conteúdo similar ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 70/15, de autoria dele, que determina que empréstimos dos bancos públicos para outros países sejam aprovados pelo Congresso. Desta forma, o banco estaria mais focado em estimular os pequenos e micro empreendedores.

“Vimos ao longo dessa CPI que todos os empréstimos feitos foram pagos e com juros. Bem antes de



Deputado Diego Andrade (MG)

2002 houve financiamento de empresas estrangeiras. Neste momento de crise, os recursos devem estar voltados para o país, para estimular o crescimento do pequeno empreendedor”, disse.

Parlamentares da oposição apresentaram diversos votos em separado sugerindo indiciamento de pessoas supostamente envolvidas em esquema de corrupção. Diego

Andrade parabenizou o relator pela decisão de não acrescentar indiciamentos ao seu relatório.

“Não há comprovação clara para incluí-los. A corrupção está em grandes contratos, o banco deve oferecer créditos para os pequenos e nós devemos seguir firme, fiscalizando todas as instituições que são fundamentais na nossa sociedade.”

O deputado **Paulo Magalhães (BA)**, vice-líder do PSD, elogiou o texto apresentado e se declarou satisfeito com o relatório final. “Percebi firmeza e equilíbrio do relator na condução dos trabalhos. Indiciar sem provas é um equívoco. O BNDES é o banco de menor inadimplência da América Latina, ele fomenta o desenvolvimento”, justificou.

Quando o presidente da Câmara iniciou a sessão plenária do dia a reunião foi suspensa e a votação do relatório ainda não tem previsão para acontecer.

Parlamentares discutem renegociação de dívidas de trabalhadores rurais



Deputado Júlio César (PI)

Júlio César (PI) e **José Carlos Araújo (BA)** são titulares da comissão mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) 707/15,

instalada ontem (24). O objetivo é apresentar uma solução definitiva para que os produtores rurais alcancem a estabilidade financeira e reestabeleçam a capacidade de produzir. “Estamos muito confiantes em encontrar uma solução definitiva para os mais de 300 mil agricultores que estão com pendências junto aos bancos oficiais, em especial, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, explicou Júlio César.

O parlamentar propõe que cada produtor, em contrato coletivo, possa ter a possibilidade de assumir a parcela de sua dívida, ficar adimplente e retornar ao processo produtivo. Já José Carlos Araújo,

apresentou alguns critérios para remissão de dívidas, como por exemplo, aquelas com valor original de até R\$ 100 mil para contratos até 31 de dezembro de 2006.

“Os efeitos da seca sucumbiram à capacidade produtiva de pequenos produtores rurais. Essa emenda tem como objetivo reduzir os custos de execução dessas dívidas e permitir a reintrodução desses pequenos devedores na capacidade produtiva de suas regiões”, explicou Araújo. A comissão tem 90 dias para apresentar seu relatório final, que será apreciado pelos plenários da Câmara e do Senado.



EXPEDIENTE

PSD - Partido Social Democrático

Líder do PSD: Rogério Rosso (DF)

Chefe de Gabinete: Fábio Almeida

Editores-Chefe: Danielle Arouche

Redatora: Manu Nunes

Diagramação: Jorge Ribeiro

Revisão: Rogério Oliveira

Fotografia: Helene Rezende e Cláudio Araújo

Reportagens: Bruna Marques, Carola Ribeiro, Demétrius Crispim, Diane Lourenço e Renan Bortoletto

Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II

Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073